

A RUA COMO UM ESPAÇO DE LUTA POR RECONHECIMENTO: O CASO DO CONFLITO DOS *TRABALHADORES DE RUA* COM COMERCIANTES NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO

Renan Lubanco Assis¹

RESUMO

Este artigo tem como proposta uma reflexão da luta pelo reconhecimento social dos grupos que ocupam a cidade. Neste caso, estarei selecionando dois grupos presentes na área central da cidade de Campos dos Goytacazes – RJ, a saber; *comerciantes lojistas*, que se intitulam como *legalmente estabelecidos*, e camelôs, instalados em bancas na área central. Estes dois grupos buscam o reconhecimento social de suas práticas na cidade. O primeiro irá reivindicar a exclusividade de ocupar a área central por possuir direitos, enquanto o segundo grupo irá recorrer a condição de trabalhadores e chefes de família como forma de tornar plausível a sua busca pelo reconhecimento social de suas práticas.

PALAVRAS-CHAVE: *Trabalhadores de rua*; espaço urbano; luta por reconhecimento social.

INTRODUÇÃO

É basilar uma reflexão sobre o trabalho de rua como um lugar na qual a ação é ancorada em significados que ultrapassam a função material do mesmo. A finalidade produtiva é importante, mas esta não deve esvaziar a substância do *trabalho na rua*¹. Assim como qualquer atividade social, o trabalho é dotado de uma série de moralidades que lhe atribui diferentes significados. Estes são compartilhados não apenas com os pares de profissão, mas ainda, com a própria família que participa do processo de constituição da atividade.

Este artigo se divide em três partes, nas quais serão discutidas; a ação dos trabalhadores na rua, onde contemplarei um debate corrente sobre a *separação* entre a *casa* e a *rua*, colocando estas categorias não como opostas, mas complementares; será contemplado ainda o conflito por reconhecimento social dos diferentes grupos (comerciantes lojistas e trabalhadores de rua) que ocupam a cidade, e as ferramentas utilizadas na luta; e por fim, a luta pelo reconhecimento social do dos *trabalhadores de rua* na cidade.

No tocante a categoria *rua*, esta é representada por uma vasta literatura que atribui a mesma uma série de usos, neste artigo me aterei às discussões de DaMatta, no qual este

¹ Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf). Doutorando em Sociologia Política Pela Universidade Estadual do Norte-Fluminense. renanlubanco@gmail.com

propõe pensar a *rua* como oposição a *casa*. Outra discussão que me interessa é a de João do Rio, um cronista que representava os diversos significados das ruas do Rio de Janeiro. Ele elabora um pensamento literário sobre a vida que a rua possui, ou seja, é mais do que um traçado de pedras e asfalto; um lugar de significação dada pelos que dela usufruem. Por fim, considero relevante pensar a rua como um lugar do encontro *face a face*, contribuição do situacionismo metodológico de Goffman.

O conceito *ordem pública* de Goffman é basilar para pensar nos conflitos relacionados a uma suposta *quebra* da mesma pela permanência dos trabalhadores de rua no espaço urbano do centro da cidade de Campos dos Goytacazes-RJ. Conflito publicizado em um periódico impresso² local.

No tocante aos conflitos publicizados, apontarei os diferentes recursos disponíveis aos atores urbanos inseridos no conflito. Os *comerciantes lojistas* irão acessar um dos principais periódicos municipais para trazer a tona as suas insatisfações relacionadas à presença dos *trabalhadores de rua* na área central. Os *trabalhadores de rua* não irão acessar do mesmo modo os recursos acessados pelos comerciantes lojistas. O lugar comum entre os dois grupos será a necessidade de publicizar as suas demandas, que implicará em uma busca pelo reconhecimento social de ambos.

Com relação aos recursos metodológicos utilizados, fiz a opção por fazer etnografia no terminal Luis Carlos Prestes, área ocupada pelos *camelôs do terminal* (assim eles são classificados pelos periódicos locais), entrevistas e análise de conteúdo de um periódico municipal. O trabalho etnográfico teve início no ano de 2008 e se encerrou em 2009. Além das observações das práticas dos trabalhadores no terminal, fui convidado pelos *trabalhadores de rua* para uma reunião realizada em 2009, entre o secretário de governo e os *trabalhadores de rua*. Pude acompanhar a chegada deles em um local que seria provisório para a readequação dos *trabalhadores* no centro, e no dia seguinte presenciei um protesto realizado pelos trabalhadores, que culminou em uma reunião entre a prefeita e os *trabalhadores*. Nesta reunião minha entrada foi negada pela prefeitura. Os dados que obtive da reunião foram fornecidos a mim pelos *trabalhadores* logo após a reunião e pelos principais jornais locais no dia seguinte.

Com relação a minha opção pelo periódico municipal, esta escolha não foi totalmente minha, mas uma opção quase que imposta pelo objeto, pois os comerciantes lojistas usavam em demasia um dos principais jornais da cidade para tornar público o *problema dos camelôs*. As queixas eram recorrentes. Notei que era comum alguns membros do grupo dos

comerciantes lojistas terem espaços para coluna no periódico selecionado, que acabou servindo como porta-voz. Fiz uma seleção de dez anos de jornal. Trabalhei do ano de 2001 até o ano de 2010. Seleccionei todas as notícias relacionadas a presença dos camelôs na cidade e fiz uma análise de conteúdo.

NAS RUAS DA CIDADE

A rua é um traçado de separação e, ao mesmo tempo, ligação. Ela separa casas, edifícios, e tudo que a rodeia. A rua também é ligação. Dificilmente pode se chegar a algum lugar sem passar por ela. Mas o que, afinal, pode ser caracterizado como rua? Será apenas o traçado entre calçadas³ e edifícios e casas, ou a própria calçada faz parte da rua? Pensar na rua é pensar na potência do *contato misto*, do encontro *face a face*⁴ A rua possibilita o encontro das moralidades da cidade.

Velho (2008) caracteriza a cidade como um local da heterogeneidade e diversidade sociocultural. Fenômeno que o autor associa às diversas classes sociais e diversidade sociocultural presentes na mesma. Como estes grupos se encontram? Qual o papel da rua nesses encontros? A rua é agregadora, mas pode ser assumir o papel de desagregadora de identidades, pois na medida em que grupos se apropriam da mesma com as suas moralidades podem ficar suscetíveis à *stigmas*, pois a cidade não é o lugar de consenso, mas conflitos constantes, onde grupos estão buscando continuamente o reconhecimento social de suas práticas.

Gostaria de convocar-lhes a pensar um pouco na abordagem damattiana sobre a rua, nesse caso; a *casa e a rua*, oposição bem conhecida de seus trabalhos. A ideia da *oposição da casa ao mundo exterior* surgiu com base nas noções de *oposição* e *segmentação* do estudo etnográfico de Evans-Pritchard entre os *nuer* ao Norte da África (EVANS-PRITCHARDS: 1978). Para este último, cada grupo se entende como uma unidade particular em relação aos outros. Assim se constitui o sistema de oposição. No caso damattiano, a casa surge como uma unidade de oposição em relação ao mundo exterior. É mister que a noção de casa é tomada não como uma entidade física, mas moral, e ele deixa claro quando aponta a compreensão de casa no pensamento social brasileiro. No caso, Freire incorpora a senzala e o mocambo a casa.

A partir dos citados estudos do parágrafo precedente, DaMatta (1997, pp. 93) propõe pensar a rua como *um local do castigo, da luta e do trabalho (...) a rua é o local daquilo que os brasileiros chamam de dura realidade da vida. A rua como categoria em oposição a casa,*

é um local público, controlado pelo Governo ou pelo destino, essas forças impessoais... Fica bem clara a oposição neste trecho, pois a casa é vista como um local de pessoalidade, o espaço da família, enquanto na rua, está presente o mundo do trabalho, *a dura realidade da vida*, onde as relações são impessoais. Neste caso, temos espaços de oposição, não de continuidade ou complementaridade. Em sua colocação o trabalho pertence a rua, fora do contexto familiar, que é onde está o meu incômodo, pois como sabemos, o trabalho não pode ser pensado como existente apenas no mundo exterior à família. E se esta estiver presente no trabalho? Como podemos fazer essa separação entre a casa e a rua? Como sabemos e como podemos observar no trabalho do próprio DaMatta, a casa não é concreto e cimento, mas sim, representação que se tem sobre. No caso da sociedade brasileira, está associada ao *casamento*, ou seja, a família.

A atividade exercida pelo *trabalhador de rua* é permeada por um espaço de trabalho em família (ASSIS, 2011). Neste caso, a família está presente na atividade, seja no trabalho, ou mesmo como provida por este. Assis (2011) apresenta relatos de três trabalhadores, e estes, assim como outros entrevistados e observados, estão em um trabalho onde a família se faz presente. Neste caso, é delicado estabelecer uma visão binária entre o trabalho e a família.

Em todas as entrevistas e observações realizadas pude perceber a presença da família, seja para obtenção de *limpeza moral*⁵ (MACHADO DA SILVA, 2008, pp. 23-24) (situações que destacarei mais a frente), ou mesmo como integrante do processo de trabalho. Nas bancas era comum identificar um familiar trabalhando. Na maioria das vezes, um filho ou filha em fase escolar. Segundo um dos meus interlocutores, o Pedro, *aquilo ali era deles mesmo*, se referindo ao comprometimento que as duas filhas deveriam estabelecer com a banca. Identifiquei a família não somente na atividade, como também fundamental para a inserção no próprio terminal. Uma de minhas interlocutoras destacou que chegou a cidade sem emprego e a sua cunhada *arrumou* uma banca para ela trabalhar, onde exerce sua função a oito anos.

Em suas abordagens sobre a *economia informal* em Campos dos Goytacazes e na região metropolitana do Rio de Janeiro, Mamami (2004, p. 61; 2007, p. 50) fez uma colocação que aponta não uma oposição entre trabalho e família, mas sim, uma centralidade da família. Ele se utiliza da noção de *embedded* de Karl Polanyi, onde este aponta uma não separação entre a vida social da vida econômica. Neste caso a família seria integrada ao projeto laboral.

O que fora apresentado até aqui mostra o equívoco da separação entre a casa e a rua, pois são situações complementares. A casa pode estar literalmente na rua quando a família

está presente em um trabalho que usa a mesma como espaço de exercício da atividade, como no caso dos *trabalhadores de rua*. Estes comercializam artigos dispostos em bancas montadas nas calçadas, principalmente, nos espaços urbanos, onde a aglomeração de pessoas ocorrem em maior grau⁶. A partir destes elementos, compreendo que a família não se opõe ao trabalho de forma tão rígida, pelo menos, não em se tratando da sociedade brasileira. Neste caso, a rua pode ser um local onde está presente a família. Neste caso, a rua oferecer uma série de possibilidades, inclusive a de oposição. A questão é pensar a oposição como mais uma variável de muitas outras.

João do Rio em sua abordagem poética sobre a rua, a apresenta como palco e espetáculo da cidade, com vida e alma (DO RIO, 2008: 28). É nela que os diversos grupos transitam, no caso; *comerciantes, ciganos, prostitutas, marginais, trabalhadores*. Sendo assim, a rua em sua abordagem se apresenta como um espaço democrático, dos *lugares comuns* por onde passam todos os indivíduos que não se tornam conhecidos sem o conhecimento dela. A rua e a cidade ganham o sentido de uma estrutura, onde os agentes atuam com a permissão da mesma. A vida ganha significado à partir destes universos. Podemos dizer que ele era um tanto estruturalista. A rua em sua concepção funciona como uma estrutura. Esta vai de encontro a abordagem situacionista que tomo parte.

A partir da observação constante dos pequenos detalhes do espaço urbano carioca (muitas vezes, tidos como insignificantes), João do Rio consegue apreender a realidade social proporcionada pela cidade, ou melhor, pelas ruas da cidade. Este aspecto revela o potencial da rua e, principalmente, em se tratando das ruas centrais. A diversidade encontrada na cidade possibilita novos estilos de vida e modos que eu classificaria como moralmente urbano. O *Flaneur* é um ator desta moralidade, um modo de ser típico do espaço citadino, sobretudo se em uma grande cidade. Fora deste espaço ele poderia assumir a fama de *antipático* (Blanc, 2013). Esta forma de vida pode ser encontrada nas ruas da cidade, pois é por meio destes traçados que o *sangue* da cidade circula e possibilita a sua heterogeneidade moral.

No caso da cidade de Campos dos Goytacazes, onde os *trabalhadores de rua* exercem suas atividades, esta se caracterizará pela coexistência de trabalhadores exercendo diversos tipos de atividades que podem ser consumidores em potencial. O fato da área central da cidade ser um lugar da heterogeneidade moral não indica que este esteja acessível igualmente a todos, pois existem regras de conduta a ser observadas e estas acabam criando fronteiras simbólicas quanto ao uso do espaço urbano.

A noção de *ordem pública* (GOFFMAN, 2010: 33) é importante para pensarmos no modo como os usuários do centro da cidade operam em suas práticas diárias. A ordem pública pressupõe uma regulamentação normativa na qual os atores irão ficar sujeitos uns aos outros. Quem irá acessar o centro da cidade de Campos dos Goytacazes operando de acordo com a ordem pública vigente no centro? Antes de tomarmos conhecimentos dos atores que irão se adequar a ordem pública, é basilar tomarmos conhecimento dos que buscam incorporar uma ordem pública legítima. Cada ator irá buscar formas de legitimar as suas práticas sociais no espaço urbano. Neste caso, o conflito será travado como uma luta pelo reconhecimento social das práticas legítimas. Cada qual acionará diferentes dispositivos para que a sua reivindicação se torne plausível.

PUBLICIDADE ÀS DIFERENÇAS URBANAS

Como já apresentei inicialmente, a cidade é constituída por diversas identidades que vivenciam conflitos diários para que essas possam se legitimar no espaço tão disputado, neste caso, a cidade. Neste artigo aponto o conflito dialógico entre dois grupos que buscam o reconhecimento de suas atividades na cidade. Por um lado, temos os comerciantes lojistas que se auto-intitulam *comerciantes legalmente estabelecidos* e buscam tornar plausível a busca pelo reconhecimento da legitimidade suas posições na cidade por pagarem os *devidos impostos*. Em contrapartida, os *trabalhadores de rua*, que buscam reconhecimento da atividade tendo como plausibilidade a condição de *trabalhadores e chefes de família*, algo possibilitado pela atividade.

A permanência destes grupos na cidade exige um contato face a face entre ambos, fazendo com que um, ao se considerar afetado pelo outro, busque uma forma de solucionar o *empecilho* que o outro causa. No caso dos comerciantes lojistas, estes buscaram através da mídia trazer a tona uma série de *problemas urbanos* que, segundo eles, eram ocasionados pelos *trabalhadores de rua*, que *sujavam* a imagem da cidade. Na citação a seguir podemos observar parte do conflito:

A aparente solução “ideal” do camelódromo resultou, por exemplo, num entrave para a valorização urbana e o desenvolvimento de uma das áreas mais nobres do Centro de Campos, o entorno do Mercado Municipal. Qualquer projeto urbanístico de vulto é prejudicado pela aglomeração de camelôs (...) aguardamos providências para questões preocupantes como a gradativa ocupação das principais áreas centrais da cidade por camelôs, o que desfigura a nossa cidade. (FOLHA DA MANHÃ, Cadê a praça, 09/02/2000a: 07).

Esta citação evidencia a preocupação de alguns comerciantes lojistas com a presença dos *camelôs*, no caso, o artigo se refere aos ex-trabalhadores de rua, pois estão em um espaço destinado a *organização* dos mesmos, a saber, o Shopping Popular Michael Haddad⁷, estrutura construída ao lado do Mercado Municipal⁸. Pode-se observar os *camelôs* apresentados como *problemas* para a cidade, pois estão associados à *desfiguração* da mesma.

Em outra situação o então presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) utilizou o periódico para fazer uma série de exigências ao então prefeito, inclusive, a *solução* para o *problema dos camelôs*. Vejamos o trecho a seguir:

O presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Campos dos Goytacazes, Edvar Chagas (E. C.), vai também lutar para ver a implementada uma solução imediata para o problema dos camelôs que ocupam as calçadas do Centro. O apelo, dirigido ao prefeito A. V. , foi feito durante entrevista à F. M. , na qual E. C. reclamou também do excesso de feriados e falou sobre os demais problemas do Centro, como a presença de pessoas portadoras de doenças contagiosas vivendo como indigentes nas ruas.

- Como empresário, amigo e parceiro do prefeito A. V. eu sei que no seu novo mandato ele tem um compromisso com o desenvolvimento econômico do município. Entretanto, como presidente da CDL, eu gostaria muito que o prefeito determinasse a imediata solução para o problema dos camelôs, que nos últimos meses do ano 2000 invadiram o centro, provocando um grande descontentamento entre os lojistas legalmente estabelecidos. O fato provocou episódios lamentáveis, sem falar na concorrência desleal. O nosso patético apelo é para evitar que novos incidentes venham ocorrer, pois o clima é tenso – afirma E. C.

(FOLHA DA MANHÃ, Edvar Chagas pede atenção de Arnaldo Viana para os comerciantes, 06/01/2001: p. 8)

É basilar pensar aqui na utilização dos recursos de publicidade como um recurso de busca pelo reconhecimento social na cidade. As citações acima partem de um periódico de grande circulação na cidade que acabou servindo de porta-voz dos comerciantes lojistas insatisfeitos com a presença dos *camelôs* no centro da cidade. É importante pensar nas diferentes formas de inserção dos grupos que estão em disputa. Até o presente momento apresentei a abertura do periódico para a tomada de voz dos comerciantes lojistas. Mais a frente destacarei como os *trabalhadores de rua* se utilizam do mesmo recurso para que as suas reivindicações possam se tornar plausíveis.

O periódico tornou-se um veículo de *classificação moral*⁹ (ASSIS, 2014) dos *trabalhadores de rua* pelos comerciantes lojistas, pois o primeiro grupo foi associado aos problemas de ordem pública, no caso; da área central da cidade. O periódico fora utilizado para que os comerciantes lojistas demonstrassem o quanto os trabalhadores de rua estabeleciam uma *interação negativa*. Neste caso, na regulamentação normativa posta pelos comerciantes lojistas, os *trabalhadores de rua* eram classificados moralmente como

inadequados ao centro da cidade, pois a presença do grupo fora colocada como agregadora de valor negativo a localidade. Este ato serviu para a tentativa de imputação de uma série de estigmas aos trabalhadores.

O sentimento de desrespeito sofrido pelos trabalhadores de rua e o medo de serem retirados da área central fez com que o grupo se organizasse em forma de associação para lutar contra as ofensas sofridas. Neste caso, buscaram um diálogo com o poder público para buscarem uma solução para a presença dos trabalhadores na cidade, sem que eles fossem removidos, como pediam os comerciantes lojistas. Durante este período os comerciantes lojistas buscaram uma representação frente ao ministério público e são atendidos, ou seja, os trabalhadores deveriam sair da rua, uma vez que não estavam ocupando um lugar destinado a tais práticas. Na eminência de serem retirados do centro, os vendedores de rua apresentam as seguintes questões em reunião com o secretário de governo municipal:

Eu, não conheço nada tecnicamente, até porque, eu não sou formado, minha linha é outra, mais a gente tem idéias né, e idéias são feitas para a gente por em prática (...) a agente está aqui para ajudar né, contribuir, até porque é em nosso benefício. Para que traga melhor conforto (...) melhor condições de trabalho. E se o governo esta dando essa condição a nós, pequenos comerciantes. Agente tem que aceitar isso e tentar cooperar, fazer o máximo para por em prática, funcionar essa idéia. Mas a idéia também não é minha, é nossa né. Eu não estou aqui para ser vaidoso. Eu quero contribuir, porque isso aí faz parte da minha vida. Eu to há muitos anos, vivo disso, criei meus filhos nisso, meus colegas também vivem disso, criam a família deles honestamente, com toda dignidade né? (fala de um *trabalhador de rua*, extraída da reunião entre *camelôs* e o secretário de governo no final do segundo semestre de 2009).

Neste encontro entre trabalhadores e poder público municipal, há uma reivindicação da permanência do grupo por serem *dignos* ao serem *trabalhadores* e *chefes de família*, portanto, a plausibilidade do trabalhador, diferente do comerciante lojista, está baseada na sua *dignidade* e não em sua condição jurídica. A situação de trabalhador e chefe de família é utilizada como recursos de *limpeza moral* diante dos estigmas proferidos publicamente nos periódicos. A partir desta reunião os vendedores de rua conseguem uma representação frente ao poder público municipal, o que faz com que o governo municipal proponha uma alternativa a solução dada pelos comerciantes lojistas.

Em outra reunião dos *trabalhadores de rua* com a prefeita após protesto realizado, o poder público promete um lugar provisório para os trabalhadores de rua, até que um espaço *maior* fosse construído. Ao chegarem no local provisório, identificam o lugar como apresentando *péssimas condições* e organizam um protesto no centro da cidade. Para que este protesto fosse publicizado buscaram contato com a imprensa local, que por sinal, foi a mesma

que os comerciantes lojistas utilizaram para desqualificar a presença dos *trabalhadores de rua* no centro. A seguir temos a repercussão de tal fato:

Prefeitura recua e tentará rever prazo Ambulantes fecham rua Formosa e prefeitura promete ir ao MP para atender pedido.

No dia marcado para que os ambulantes da área central de Campos passassem a ocupar a área improvisada ao lado do Shopping Michael Haddad, a prefeitura cedeu mais uma vez à pressão dos camelôs, após a categoria realizar uma manifestação que impediu o trânsito na rua Tenente Coronel Cardoso (Formosa) durante quase meia hora na manhã de ontem (...) Durante a manifestação um grupo de ambulantes se dirigiu a sede da prefeitura para tentar um novo entendimento com o poder público. A prefeita Rosinha Garotinho os recebeu e prometeu buscar um novo prazo junto ao Ministério Público para a mudança (...) (FOLHA DA MANHÃ, *Prefeitura recua e tentará rever prazo: Ambulantes fecham rua Formosa e prefeitura promete ir ao MP para atender pedido.* 29/12/2009).

Após os trabalhadores de rua buscarem publicizar suas questões a prefeitura *cedeu a pressão* e buscou um novo prazo frente ao Ministério público. Nesse sentido, podemos apontar a cidade como um lugar potencialmente favorável a luta pelo reconhecimento, pois oferece ferramentas para as diferenças possam se tornar públicas. Seja através da mídia, ou mesmo, por uma ação que mobilize um grupo grande na cidade, fazendo com que uma luta ganhe repercussão pública. .

É fato que a reivindicação dos trabalhadores de rua conseguiram colocar as suas reivindicações em um contexto mais amplo, mas para isto realizaram um protesto fechando uma das principais ruas da cidade. No domingo anterior ao protesto, quando os *trabalhadores de rua* foram ocupar o lugar provisório, tentaram acionar a imprensa para que esta noticiasse as *péssimas condições* do lugar. Eu acompanhei o grupo e percebi as tentativas frustradas de contatar a imprensa. Este fato confirmou para mim os diferentes níveis de inserção que cada grupo possui na cidade. Os comerciantes lojistas acessavam o jornal por meio de entrevistas, colunas, enquanto os trabalhadores de rua acessavam por meio de reivindicações mais desgastantes do ponto de vista prático. O comerciante lojista publicizou as suas reivindicações com auxílio do periódico, que o serviu como um porta-voz. O trabalhador de rua publicizou por meio de um protesto.

LUTA POR RECONHECIMENTO NA CIDADE

A formação da identidade social dos trabalhadores de rua do centro ocorre em um processo interativo dialógico, onde estes acionam conteúdos morais específicos para tornarem

legítimos no espaço público. A entrada e permanência no centro é fruto de uma série de negociações, seja com os seus pares, com lojistas ou mesmo com o poder público municipal. Neste tópico destaco como se dá o processo político de inserção no centro de Campos dos Goytacazes, destacando a busca por reconhecimento da legitimidade da atividade no centro como um elemento importantíssimo para a afirmação da carreira no centro da cidade.

No decorrer dos conflitos que geraram as reivindicações, pode-se perceber uma série de artifícios utilizados pelos trabalhadores de rua para tornar plausível a busca pelo reconhecimento. Uma série de argumentos foi levada à público para que a construção da legitimidade da carreira fosse justificada. Para isto o grupo passa a acionar os dispositivos morais existentes na carreira para positivação da atividade, como por exemplo, a condição de *trabalhadores de rua e chefes de família*.

Os conflitos fizeram com que os trabalhadores de rua começassem a se organizar reivindicando para si o direito de permanecerem no centro legitimamente e não como *invasores*. Honneth (2003) faz uma colocação importante no tocante a ofensa como um aspecto motivacional para que a luta pelo reconhecimento social possa ser travada. Após a chegada dos trabalhadores ao local destinado a eles provisoriamente, uma das minhas interlocutoras disse em uma fala emocionada: *falaram tanto da nossa favela e trouxeram a gente para outra favela. Não somos porcos, somos trabalhadores de rua*.

A depreciação gerada pelos confrontos e sentimentos de ofensa que acabaram conferindo estigmas aos trabalhadores de rua acabou servindo como um ato motivacional, que fez com que estes se organizassem (algo que não era tão comum até o momento dos conflitos) para reivindicar para si o direito de permanência no centro da cidade trabalhando. Para apresentarem suas demandas, escolheram entre eles um representante como interlocutor frente ao poder público, bem como, buscassem alternativas, como no caso, o protesto realizado em uma das principais avenidas de acesso a área central da cidade, o que acabou tendo um alcance mais amplo devido a presença da mídia que deu visibilidade a tal ação.

Uma questão que não pode deixar de ser contemplada é a competência de ambos os grupos para colocarem as suas questões no espaço público. Os comerciantes mobilizaram uma moralidade jurídica para que a atividade destes fosse reconhecida como socialmente legítima na cidade, uma vez que estes afirmavam estar juridicamente amparados. No tocante a competência dos trabalhadores de rua, estes não atuaram como oprimidos e *lutaram* pelo reconhecimento social da atividade. Foram pragmáticos. Fizeram a avaliação da situação e souberam agir conforme a mesma requeria. Eles não podiam acionar a moralidade jurídica,

pois não estavam amparados pela mesma. Mobilizaram uma *limpeza moral* do grupo com o objetivo de legitimarem a luta pelo reconhecimento social de suas práticas na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício intelectual mobilizado por mim foi fruto da compreensão da sociedade constituída por significado moralmente tecidos no interior do quadro em que cada ator está inserido. No tocante a atividade do *trabalhador de rua*, esta é permeada não por uma lógica econômica e jurídica somente, mas por uma ação ancorada em relações de familiaridade, acúmulo de um estoque de experiências que confere competências laborais e sociais. Estar na rua trabalhando confere ao trabalhador quadros de referências que lhe possibilitam não só o *sustento da família*, mas ainda recursos cognitivos que lhe confirmam habilidades para que possam permanecer na carreira. Dentre as diversas habilidades, selecionei aqui a capacidade de mobilização de luta pelo reconhecimento social da atividade.

No tocante as experiências laborais adquiridas pelos trabalhadores, estas são elaboradas em um contexto de familiaridade, onde a presença da família é fundamental no exercício da atividade. Não há oposição entre família e trabalho. Ao contrário dessa tese, há uma *centralidade* (MAMAMI, 2007) da mesma na atividade. A não separação entre a família e o trabalho garante ainda a permanência da prática, onde os filhos acumulam estoques de experiências e dão continuidade a carreira. A não permanência da família pode conferir mais vulnerabilidade para a atividade, pois como um projeto individual pode ser mudado a qualquer momento, mas como projeto coletivo pode ter continuidade. Mas o fator laboral não é o único meio obter continuidade da carreira. Há ainda a busca pelo reconhecimento social da atividade.

A luta pelo reconhecimento social da atividade me possibilitou identificar o modo como os trabalhadores de rua constroem a identidade social deles em contraste com a identidade que lhes é imputada pelos comerciantes lojistas. A luta pelo reconhecimento social fez com que os trabalhadores mobilizassem um recurso de *limpeza moral* da identidade social do grupo na cidade, pois este conferia plausibilidade para as suas demandas. O grupo sentiu a necessidade de publicizar suas demandas para além do grupo.

A acessibilidade aos recursos de publicidade é possível a partir do grau de inserção dos atores na cidade. A publicidade via mídia não é um recurso distribuído de forma igualitária na cidade. Cada grupo irá utilizar de suas competências para que a publicidade via mídia seja alcançada. Uns irão mobilizar mais recursos do que outros. No caso dos lojistas estes se colocam como estabelecidos legalmente na cidade. Eu diria que este fato é provado na prática, pois possuem mais recursos de publicidade a disposição, como colocado acima.

A luta pelo reconhecimento social da dos *trabalhadores de rua*, como apresentada aqui, não foi efetiva por estes acessarem recursos sofisticados de publicidade, mas por uma capacidade resistir em uma situação de ameaça a atividade profissional e a dignidade do *trabalhador e chefe de família*. A disputa apresenta diferentes dimensões da atividade exercida pelo *trabalhador de rua*. O acúmulo de competências na atividade possibilitou aos trabalhadores capacidade de agirem para além da atividade comercial na rua. O fazer político se fez presente no momento em que a atividade econômica do grupo se viu socialmente ameaçada.

ABSTRACT

This article aims to reflect the struggle for social recognition of the groups occupying the city. In this case, I will be selecting two groups present in the central area of the city of Campos dos Goytacazes - RJ, namely; retailers traders, who call themselves as legally established, and street vendors, stalls installed in the central area. These two groups seek social recognition of their practices in the city. The first will claim exclusivity to occupy the central area by having rights, while the second group will use the condition of workers and householders as a way to make plausible its quest for social recognition of their practices.

KEYWORDS: Street workers, urban space, the struggle for recognition and social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, R. L. (2011). *As vulnerabilidades de uma carreira: os camelôs do terminal e a Cidade de Campos dos Goytacazes como um espaço de luta por reconhecimento*. Dissertação de mestrado em Sociologia Política. Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro.

_____. ASSIS, R. L. (2014). *Regiões morais urbanas: a cidade como um complexo de classificações morais*. Paper apresentado no XI Congresso Argentino de Antropologia Social (XI CAAS), Grupo de trabalho: GT51-Moralidades em lãs ciudades de la periferia, Rosário, Argentina.

BLANC, M. V. (2013). *A sociabilidade e o lazer erótico como forma social nos contextos urbanos das cidades do Rio de Janeiro e Paris*. Campos dos Goytacazes, RJ. Tese de

doutorado em Sociologia Política. Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro.

DAMATTA, R. (1997). *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro, Rocco.

EVANS- Pritchard, E. (1978). *Os Nuer*: Uma descrição do modo de subsistência e das Instituições Políticas de um povo Nilota. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Perspectiva.

FREITAS, C. R. B. (2006). *O Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes*: A sedução persistente de uma instituição pública. Dissertação de mestrado em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro.

GOFFMAN, E. (1988). *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora.

_____. 2010. Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes.

HONNETH, A. (2003). *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais (Trad. Luiz Repa). São Paulo: Ed. 34.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). (2008). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Novas Fronteiras S/A, 2008.

MAFRA, P. D. (2005), *A "pista" e o "camelódromo"*: camelôs no Centro do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MAMANI, H. A. (2004). *Transporte Informal e Vida Metropolitana*: estudo do Rio de Janeiro nos anos 90. – Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2004. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional).

_____. (2007). *Economia Informal, Mercado de trabalho e Políticas Públicas*: notas iniciais para um estudo do Norte Fluminense. v.1, n.1, jan-abr/2007. Disponível em http://www.uenf.br/Uenf/Pages/CCH/Agenda_Social/ Acesso em: 15 de agosto de 2008.

MONET, J. (2006). *Do vendedor ambulante ao cliente ambulante*: um modelo teórico das relações entre o comércio de rua e a metropolização., *In*: CABRAL MARQUES GOMES, Maria de Fatima (org.), *Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas. A questão do comércio ambulante em tempos de globalização*, Rio de Janeiro: DP&A editora/FAPERJ, 2006, p.171-187

O'DONNELL, J. (2008). *De olho na rua*: a cidade de João do Rio. Rio de Janeiro: Jorge. Zahar Ed.

PARK, R. E. (1999). *La ciudad y otros ensayos de ecología urbana*. Barcelona: Ediciones del Sebal.

RIO, João do. (2008). *A alma encantadora das ruas*: crônicas. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 189.

VELHO, G. (2008). *Metrópole, cultura e conflito* In: VELHO, G. (org.), *Antropologia urbana - cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. pp. 09-29.

PERIÓDICOS CONSULTADOS

FOLHA DA MANHÃ. (2000). Cadê a praça?. (Edvar Freitas Chagas) 09 de fevereiro de 2001. Pág. 07, Campos dos Goytacazes, RJ.

_____. (2001). *Edvar Chagas pede atenção de Arnaldo Vianna para os comerciantes*.. 06 de janeiro de (2001b). Pág. 08, Campos dos Goytacazes, RJ.

_____.(2009). Prefeitura recua e tentará rever prazo: Ambulantes fecham rua Formosa e prefeitura promete ir ao MP para atender pedido.

¹ No tocante aos *trabalhadores de rua*, esta expressão me surgiu como categoria nativa para designar a atividade comercial realizada na via pública, conhecida também como *camelotagem* (MAFRA, 2005), na qual os actantes da atividade são denominados *camelôs* ou *vendedores ambulantes*.

² Folha da Manhã.

³ Trechos pavimentados junto às paredes externas de um edifício ou casas entre outras construções típicas em áreas urbanizadas.

⁴ No tocante a compreensão de encontros face a face e contatos mistos, Erwin Goffman (2008; 2010) fornece um rico material para pensarmos na formação da identidade social dos indivíduos na vida ordinária. Como um excelente situacionista metodológico, ele buscou compreender a sociedade a partir das situações vivenciadas nas práticas ordinárias, onde os atores estabelecem uma relação de copresença, e através desta, constrói sua identidade e as molduras que esta irá se enquadrar. Este processo de enquadramento possibilita ainda o não enquadramento das identidades consideradas socialmente negativas, o que incidirá em uma *experiência negativa* (GOFFMAN, 2012: pp. 463-464).

⁵ No tocante ao conceito de *limpeza moral* mobilizado aqui neste artigo, este foi elaborado por Luiz Antônio Machado da Silva para destacar a os recursos mobilizados por moradores de favela na iminência de uma possível associação dos mesmos à violência. No caso trabalhado neste artigo, não se trata de uma associação a sociabilidade violenta, mas aos problemas relacionados à ordem pública. Os trabalhadores de rua são atores competentes e mobilizam recursos que lhes favorecem mesmo quando a reivindicação vai de encontro aos recursos jurídicos mobilizados pelos comerciantes lojistas.

⁶ No caso de Campos dos Goytacazes os trabalhadores de rua conhecidos por camelôs do terminal, ocupam uma área do terminal de embarque e desembarque urbano na área central da cidade. Locais caracterizados de *interstícios espaciais* por Monet (2006: 179).

⁷ O *Shopping* Popular Michel Haddad, conhecido como *camelódromo*, foi construído há cerca de 20 anos para organizar os vendedores que trabalhavam nas ruas de Campos dos Goytacazes. Conta com 356 bancas e oferece uma variedade de produtos, que vão desde eletroeletrônicos até brinquedos e enfeites diversos. De acordo com Freitas (2006: 94), foi criado em 1992, pelo então prefeito Anthony Matheus (Garotinho). O então prefeito foi pressionado pelo presidente da Associação Comercial e Indústria de Campos (ACIC) a dar fim aos *problemas dos camelôs*, que se fixavam nas portas dos estabelecimentos dos lojistas em uma *concorrência desleal*. Foram enviados telegramas à prefeitura para que esta organizasse a situação dos *ambulantes* na cidade.

⁸ O Mercado Municipal de Campos, instalado há oito décadas na área central da cidade, funciona diariamente, sem interrupções e com um caráter permanente de comércio; neste sentido, não apresenta a mesma temporalidade das feiras que acontecem em dias e locais pré-determinados. O mercado atrai uma grande clientela, o que implica em uma alta circulação de pessoas em seu entorno e favorece aos *camelôs ambulantes* ou mesmo com *pontos fixos* que ficam em suas imediações (FREITAS, 2006: 16).

⁹ No tocante ao conceito de *classificações morais*, lanço mão do conceito de *tipificações* de Alfred Schutz e a ideia de região moral de Robert E. Park. Cada indivíduo possui seu *estoque de experiência* que irá o auxiliar em

seus sistemas morais de classificação das *coisas*. Neste caso, sua visão de mundo é acomodada em sua formação biográfica, e esta fará com que ele estabeleça distinções morais, o que inclui a classificação dos que lhe cercam